

Conselho de Justiça Ambiental (EJC)

Reunião nº 12

Quinta-feira, 11 de janeiro de 2024

Das 19h às 20h30

Ata de reunião

Local da reunião: Mashpee Senior Center, 26 Frank Hicks Drive, Mashpee, Massachusetts

Documentos da reunião: [Programação](#), [Slides](#)

Membros do conselho presentes:

- Kalila Barnett (remotamente)
- Melissa Ferretti (presencial)
- Madeline Fraser Cook (remotamente)
- Cheryll Holley (remotamente)
- Caroline Hon (remotamente)
- Namrita Kapur (remotamente)
- Lydia Lowe (remotamente)
- Peter Maathey (remotamente)
- Sofia Owen (presencial)
- Ari Zorn (remotamente)

Funcionários da Secretaria Executiva de Energia e Assuntos Ambientais (EEA) presentes:

- María Belén Power, subsecretária do EJC (presencial)
Carline Lemoine, diretora adjunta de Justiça Ambiental para Coordenação de Partes Interessadas Externas (remotamente)
- Crystal Johnson, secretária assistente de Justiça Ambiental (remotamente)

1. Boas-vindas e visão geral da logística da reunião

Kecil John apresentou uma visão geral da logística da reunião, incluindo o uso da caixa de perguntas e respostas e a disponibilidade de intérpretes. **María Belén Power** deu as boas-vindas a todos os participantes.

2. Visão geral da pauta

María Belén Power agradeceu ao Mashpee Senior Center por organizar esta reunião e ao EJC por oferecer opções presenciais e virtuais para a comunidade. O EJC discutiu a possibilidade de oferecer ajuda de custo para transporte e creche para reduzir as barreiras e aumentar a participação. **Maria Belén Power** analisou a pauta e apresentou o **presidente Weeden (presidente da tribo Mashpee Wampanoag)**, que fez as considerações iniciais.

3. Chamada nominal/Aprovação da ata da reunião anterior

María Belén Power fez uma chamada nominal dos membros do EJC. No início da reunião, estiveram presentes os seguintes membros do conselho: **Kalila Barnett, Melissa Ferretti, Madeline Fraser Cook, Cheryll Holley, Caroline Hon, Namrita Kapur, Lydia Lowe, Peter Maathey, Sofia Owen e Ari Zorn.**

Os seguintes membros do conselho não estiveram presentes: **Miles Gresham, Marcos Luna, Jen Salinetto e Patricia Spence.**

María Belén deu a palavra para uma moção para aprovar a ata da reunião anterior. **Melissa Ferretti** propôs a aprovação. **Namrita Kapur** apoiou a moção. Todos os membros do conselho presentes aceitaram a ata.

4. Primeira sessão pública de perguntas e respostas

Os participantes do público fizeram uma pergunta sobre a definição de Massachusetts de população de justiça ambiental.

- Os critérios para a definição de população de justiça ambiental incluíam: renda, proficiência linguística, identidade racial e cultural e combinação de raça e renda.

Os comentários das perguntas e respostas estão listados abaixo.

Nº	Pergunta	Nome do autor da pergunta	Resposta
1	Cape Cod tem muitos idosos que procuram apartamentos acessíveis ou instalações de moradia assistida para idosos para alugar. Eles serão incluídos na definição da população de justiça ambiental, tendo em vista que o aluguel excede 30% de sua renda?	David Dow	Existe um limite para a renda em termos da definição. Se uma comunidade não for considerada uma comunidade de justiça ambiental, mas desejar ser considerada perante a lei, poderá apresentar uma petição ao secretário.

5. Briefing sobre a Comissão sobre Implantação e Licenciamento de Energia e Infraestrutura

O **subsecretário Mike Judge** deu uma atualização sobre a Comissão sobre Implantação e Licenciamento de Energia e Infraestrutura. Ele também mencionou que é fundamental que as comunidades tenham participação nesses processos de implantação e licenciamento e que suas vozes sejam ouvidas desde o início.

Informações gerais sobre a Comissão

- A comissão foi criada em setembro de 2023 nos termos do Decreto-Lei 620.
- A comissão é composta por 28 pessoas. As partes interessadas envolvidas incluem o governo do estado de Massachusetts (a Secretaria Executiva de Energia e Assuntos Ambientais, a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Econômico, a Secretaria Executiva de Habitação e Comunidades Habitáveis e a Secretaria Executiva de Trabalho e Desenvolvimento da Força de Trabalho), bem como os municípios, organizações de justiça ambiental, defensores ambientais, produtores agrícolas, desenvolvedores comerciais e de energia limpa e empresas de serviços públicos.
- A comissão é responsável por aconselhar o governador sobre: 1) acelerar a implantação da infraestrutura de energia limpa por meio da reforma de implantação e licenciamento; 2) facilitar a participação da comunidade na implantação e no licenciamento da infraestrutura de energia limpa; e 3) garantir que os benefícios sejam compartilhados de forma equitativa entre todos os residentes do estado de Massachusetts.

Tarefas que a Comissão é responsável por realizar até 2030

- Construção de mais de 8.000 megawatts de nova capacidade de geração de energia solar
- Construção de 3.200 megawatts de nova capacidade de geração de energia eólica offshore
- Construção de uma nova linha de transmissão de energia limpa do Canadá à Nova Inglaterra

Os participantes do público e o EJC fizeram perguntas e discutiram os seguintes tópicos:

- A importância da interação entre a comissão e organizações externas de justiça ambiental.
- Garantir que os membros da comunidade tenham oportunidades de participar de processos importantes.
- A importância de realizar várias sessões de engajamento público.

6. Briefing sobre as prioridades do Departamento de Serviços Públicos (DPU) para 2024

O **comissário Rubin** e o **Comissário VanNostrand** deram uma atualização sobre as seis prioridades do DPU para 2024: 1) aumentar a transparência, 2) melhorar a participação pública, 3) aderir aos princípios de justiça ambiental, 4) acessibilidade, 5) energia limpa e 6) equidade. O DPU compartilhará essas prioridades com outras partes interessadas e com o público nos próximos meses.

Principais conclusões das seis prioridades do DPU

- O DPU é obrigado a equilibrar os interesses das empresas de serviços públicos e de seus acionistas.
- O DPU contratará um diretor de Justiça Ambiental e Participação Pública até a primavera de 2024.
- O DPU está trabalhando para aumentar o número de conferências técnicas, ampliar o acesso linguístico e aumentar as oportunidades educacionais para o público.
- O DPU também exigirá planos de conformidade climática para as concessionárias de gás a partir de abril de 2025. As concessionárias de gás precisarão mostrar ao DPU que estão buscando atingir emissões líquidas zero.

O EJC fez perguntas e discutiu os seguintes tópicos:

- O DPU exigirá que as concessionárias/empresas de gás demonstrem como atingirão o zero líquido.
- Todas as prioridades atualizadas serão divulgadas e receberão feedback do público antes de serem oficializadas.
- Os comentários do público podem ter qualquer tamanho, ser feitos por qualquer pessoa e podem ter qualquer formato.
- O DPU está considerando adicionar incentivos de desempenho às suas métricas.

7. Segunda sessão pública de perguntas e respostas

O EJC não teve tempo para uma segunda rodada de perguntas.

8. Próximos passos e encerramento

María Belén Power lembrou aos membros do conselho a data da próxima reunião, que será em 14 de março de 2024, em Worcester, Massachusetts. A reunião será híbrida (presencial com opção virtual). A próxima reunião, se houver tempo, abordará o desenvolvimento do estatuto do conselho.

Maria Belén Power propôs o encerramento. A reunião foi encerrada às 20h33.